



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Desactualização de algumas disposições do “Regulamento geral dos espaços públicos” e andamento da sua revisão

O Governo da RAEM publicou e implementou, em 2004, o “Regulamento geral dos espaços públicos” (adiante designado por Regulamento), com vista a estabelecer a disciplina genérica das condutas a observar na utilização e fruição dos espaços públicos **【Nota 1】**, intimamente relacionada com a vida da população em geral. Mas o Regulamento já entrou em vigor há mais de 19 anos e, como o seu conteúdo é vasto, muitas disposições já não conseguem acompanhar o desenvolvimento social.

A título de exemplo, temos as descargas ilegais que não só prejudicam a higiene ambiental de Macau, como a desobstrução dos esgotos, a protecção contra inundações e a drenagem, cuja multa é de apenas 600 patacas de acordo com a lei vigente, o que dificilmente consegue produzir os devidos efeitos dissuasores. Em 2022, o Governo da RAEM afirmou que estava “a iniciar os trabalhos de estudo sobre os diplomas legais relativos às descargas ilegais e que, uma vez que os diplomas envolvem uma vasta gama de sectores (...), serão auscultadas as opiniões dos sectores e da população, no sentido de se chegar a um consenso social **【Nota 2】**”. Mas, até agora, ainda não foram divulgadas quaisquer informações sobre o assunto, o que leva a sociedade a questionar a sua determinação em resolver a questão.

A título de exemplo, temos ainda os casos de queda de pingos de água de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aparelhos de ar condicionado, com o registo de 691 autuações【Nota 3】, entre Janeiro e Outubro de 2023. Mas o problema dos pingos de água dos aparelhos de ar condicionado nas partes comuns dos edifícios, que tem vindo a preocupar muitos residentes, está fora do âmbito do Regulamento, por isso, as autoridades só podem recorrer à distribuição de folhetos informativos e à emissão de recomendações, entre outras medidas. Assim, é difícil resolver eficazmente o problema.

De facto, nos últimos anos, a sociedade tem manifestado o desejo de que se proceda, quanto antes, à revisão e alteração de algumas disposições e sanções do Regulamento que apresentam problemas técnicos, só que, lamentavelmente, as autoridades afirmaram que “os respectivos trabalhos de revisão envolvem um vasto leque de matérias, por isso, ainda não há um calendário para o efeito【Nota 4】”. É de salientar que o Regulamento abrange todos os aspectos da vida da população, pelo que o Governo da RAEM deve proceder, o mais rápido possível, ao estudo dos problemas existentes, nomeadamente, dar prioridade ao tratamento das normas de carácter urgente, a fim de elevar a força da execução da lei e o seu efeito prático.

Face ao exposto, interpele sobre o seguinte:

1. Em 2021, as autoridades afirmaram que, naquela altura, não tinham a intenção de proceder a uma revisão global do Regulamento, preferindo retirar os artigos que podiam ser autonomizados e os que eram urgentes, e elaborar um regulamento administrativo para o efeito【Nota 5】. Qual é o andamento dos respectivos trabalhos? Existe algum resultado faseado que possa ser divulgado ao público?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Quanto ao combate às descargas ilegais, o Governo referiu que já tinha iniciado os trabalhos de estudo sobre a respectiva legislação, mas, devido à vasta gama de sectores envolvidos, iria auscultar as opiniões dos sectores e dos cidadãos **【Nota 2】**. Qual é o andamento da recolha de opiniões junto dos sectores? Quando é que vão começar os trabalhos de recolha de opiniões junto dos cidadãos?

3. Quanto aos pingos de água dos aparelhos de ar condicionado das partes comuns dos edifícios, os serviços competentes, em conjunto com as associações locais ou associações dos profissionais do sector da administração de propriedades de Macau, afixam cartazes de divulgação nos edifícios onde estão os seus membros ou nos edifícios altos geridos por estes, apelam aos moradores para prestarem atenção aos pingos de água dos aparelhos de ar condicionado, alertando os cidadãos para tomarem a iniciativa de verificar se existe esse problema e de o resolver **【Nota 4】**. Para além disto, de que outras medidas eficazes dispõem para o efeito? Na futura revisão da legislação, vão tomar como referência o “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”, permitindo recurso à intervenção do poder público para autuação dos casos de pingos de água, para assegurar, de forma mais eficaz, a higiene ambiental dos espaços comuns dos edifícios e a qualidade de vida dos residentes?

Materiais de referência:

【Nota 1】 Artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 28/2004 (Regulamento Geral dos Espaços Públicos).

【Nota 2】 Diário de Macau: “Inspeção conjunta para o tratamento das descargas ilegais é mais eficaz”, 1 de Junho de 2022, página A03,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

http://www.macaodaily.com/html/2022-06/01/content_1600725.htm.

【 Nota 3 】 Instituto para os Assuntos Municipais do Governo da Região Administrativa Especial de Macau : “Dados estatísticos de autuações segundo o Regulamento Geral dos Espaços Públicos”, 7 de Novembro de 2023, <https://www.iam.gov.mo/Content/List25/ae26a396-9b2d-4ebc-806f-6426a59c3cd3/%E6%AA%94%E6%A1%88-%E8%91%A1%E6%96%87.pdf>.

【 Nota 4 】 Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da RPC: Resposta (do Instituto para os Assuntos Municipais) à interpelação escrita sobre a “Revisão do ‘Regulamento geral dos espaços públicos’ e fiscalização da queda de pingos de água dos aparelhos de ar condicionado nos espaços privados”, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2023-10/31734652e47837d01a.pdf>.

【 Nota 5 】 TDM – Teledifusão de Macau, S. A.: “O Governo não planeia, por enquanto, proceder a uma revisão global do Regulamento geral dos espaços públicos”, 25 de Novembro de 2021, <https://m.tdm.com.mo/zh-hant/news-detail/632297>.

22 de Novembro de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Lei Leong Wong